



ESTADOS UNIDOS

Kamala Harris anuncia agenda econômica voltada a preservar a capacidade aquisitiva e combater a crise de moradia no país. Candidata democrata acusa Trump de ignorar trabalhadores e classe média. Republicano vê propostas comunistas

Foco no poder de compra

» RODRIGO CRAVEIRO

Agenda econômica da candidata à Casa Branca pelo Partido Democrata e atual vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, 59 anos, propõe enfrentar a crise habitacional e proteger o poder de compra da população com a adoção de novas regulamentações e de medidas fiscais. A adversária de Donald Trump anunciou o plano econômico a 81 dias das eleições de 5 de novembro e tentou destacar a diferença entre ela e o magnata republicano. "Donald Trump briga pelos bilionários e as grandes empresas. Nós, eu, lutarei para devolver dinheiro aos americanos trabalhadores e de classe média", disse Kamala, ao discursar no Centro Hendick para Excelência Automotiva, em Raleigh, capital da Carolina do Norte.

A democrata acusou Trump de planejar impor à sociedade um imposto nacional sobre as vendas de produtos de uso diário e de primeira necessidade importados pelos EUA de outros países.

"Isso devastaria os americanos", advertiu. Para Kamala, a medida defendida pelo ex-presidente significa o aumento de preços em quase todos os produtos de uso diário. "É o imposto Trump sobre a gasolina, o imposto Trump sobre a comida, o imposto Trump sobre a roupa", ironizou. O republicano qualificou a agenda da democrata de "comunista".

Professor de gerenciamento político pela Universidade George Washington (em Washington D.C.), Matthew Dallek afirmou ao **Correio** que as propostas de Kamala são um "conjunto sensato de reformas desenhadas para ajudar os americanos de renda média e baixa a pagarem pelos custos da alimentação e de cuidados infantis". "Embora não haja uma bala de prata para controlar a inflação — em queda constante ao longo dos últimos meses —, os planos de Kamala provavelmente ajudarão mais americanos e ficarem bem, a pagarem por suas necessidades e a prosperarem", disse.

Sobre a proposta de controle das companhias que "inflacionam" preços além do necessário, Dallek explicou que

Grant Baldwin/Getty Images/AFP



Kamala Harris cumprimenta garota ao chegar a comício em Raleigh, na Carolina do Norte

Eu acho...

"É provável que Kamala buscará aumentar os impostos dos norte-americanos mais ricos, fornecer alívio fiscal e criar programas de gastos para famílias de renda baixa e média, além de reduzir a lacuna entre os que têm e os que não têm. Mas, precisamos saber mais sobre a agenda de Kamala e sobre qual partido controlará o Congresso."

Matthew Dallek, professor de gerenciamento político pela Universidade George Washington (em Washington D.C.)

Arquivo pessoal



os EUA nunca testaram um esforço federal para controlar a manipulação dos custos dos alimentos. "É difícil saber como a ideia funcionaria na prática. Talvez isso envie um sinal às empresas alimentícias e aos supermercados de que os reguladores federais estão de olho, e eles precisam ter cuidado para não extorquir os consumidores", comentou.

No início da noite, o ex-presidente democrata Barack Obama elogiou

os anúncios recentes feitos por Kamala Harris. "Desde limitar o custo de medicamentos prescritos para todos até fornecer suporte financeiro para compradores de imóveis, pela primeira vez, e restaurar o crédito tributário infantil para famílias, Kamala Harris acaba de expor algumas maneiras pelas quais ajudará a reduzir os custos para o povo americano", escreveu na rede social X. "Ela tem a visão, o caráter e a força que

esse momento crítico exige, e eu sei que ela vai entregar. Vamos trabalhar!"

Reação

Trump reagiu à agenda econômica de Kamala adotando um termo de forte conotação pejorativa nos Estados Unidos. "Camarada Harris está indo a fundo no comunismo!", disse o republicano, crítico contumaz do controle sobre os preços. "Houve várias tentativas na história de limitar os preços e elas fracassaram porque provocaram filas na frente das lojas, escassez e uma explosão de desigualdade", criticou o milionário de 78 anos.

De acordo com uma pesquisa divulgada pela Universidade de Michigan, 41% dos consumidores acham que Kamala é uma candidata melhor para a economia, e 38% acreditam que Trump é o indicado nessa questão. Na segunda-feira, começará em Chicago a Convenção Nacional Democrata — com duração de quatro dias, o evento confirmará o nome de Kamala na quinta-feira.

ORIENTE MÉDIO

Gaza registra caso de poliomielite

O Ministério da Saúde da Autoridade Palestina confirmou o primeiro caso de poliomielite registrado em 25 anos na Faixa de Gaza, onde a ONU pede "pausas humanitárias" para vacinar mais de 640 mil crianças menores de 10 anos. O primeiro caso foi confirmado depois da análise de amostras de fezes de três crianças moradoras do enclave palestino "com suspeita de paralisia flácida aguda, um sintoma comum da poliomielite", no laboratório nacional de poliomielite da Jordânia. De acordo com o Ministério da Saúde, o afetado é um "bebê de 10 meses que não havia sido vacinado" em Deir el Balah, no centro do território palestino superpovoado.

Poucas horas antes, o secretário-geral da ONU, António Guterres, tinha pedido

a todas as partes para que oferecessem garantias concretas que assegurem pausas humanitárias para a "campanha" de vacinação. "É impossível realizar uma campanha de vacinação contra a poliomielite com uma guerra por toda parte", disse Guterres. "Uma pausa para a poliomielite é necessária", insistiu. Segundo a ONU, o território palestino não registrava casos da doença havia 25 anos.

O vírus da poliomielite foi detectado em julho em amostras de esgoto em Khan Yunis e em Deir el Balah. A expectativa é de que mais de 640 mil crianças menores de 10 anos sejam vacinadas. Mais de 1,6 milhão de doses da vacina nOPV2, usada para interromper a transmissão do cVDPV2, chegarão à Faixa de Gaza até o fim deste mês.

Trégua

Os Estados Unidos afirmaram que um acordo de trégua entre Israel e o Hamas está "mais perto do que nunca", embora o grupo islamista tenha rejeitado as "novas condições" incluídas na proposta apresentada após dois dias de negociações em Doha. "Estamos mais perto do que nunca", disse o presidente americano, Joe Biden, depois que Washington apresentou uma proposta de compromisso para aproximar as posições de Israel e do Hamas e pôr fim a mais de 10 meses de guerra.

"Não aceitaremos nada além de um cessar-fogo completo, uma retirada total das tropas israelenses da Faixa, o retorno dos deslocados e um acordo

Eyad Baba/AFP



Crianças palestinas fogem da cidade de Deir el-Balah, no centro da Faixa de Gaza

de troca" de reféns israelenses por prisioneiros palestinos", acrescentou uma das fontes do Hamas citada pela agência de notícias France-Presse. O movimento fundamentalista não

participou das negociações, em Doha, que reuniu altos funcionários do Egito e do Catar, além dos chefes dos serviços de inteligência dos Estados Unidos e de Israel.

Conexão diplomática



por Silvio Queiroz
silvioqueiroz.df@gmail.com

Se dois querem, a briga é certa

Bastaram três semanas para a crise eleitoral na Venezuela confirmar as projeções e configurar-se como a esfinge postada diante da política externa do governo Lula. Empenhado desde o ano passado em interceder para que chavistas e adversários construíssem um processo capaz de ser aceito por ambos os lados, o presidente se vê agora prisioneiro de um dilema sem solução à vista.

Reconhecer a vitória da oposição — e, por tabela, admitir como fraudulento o resultado oficial, que proclamou reeleito o presidente Nicolás Maduro — implica mais do que se indispor com um vizinho e aliado. Desde a noite da votação, toda a movimentação de Lula e do assessor especial Celso Amorim, enviado a Caracas, tem como centro evitar a "interferência de atores extrarregionais" — leia-se os EUA.

A posição em que se colocou a diplomacia brasileira fica ilustrada pela

rejeição de chavistas e antichavistas à proposta, aventada por Lula e Amorim, de que se realize nova eleição. "Agora", desabafa o presidente, "fica o governo dizendo que o Maduro ganhou e a oposição dizendo que ganhou o candidato deles".

Com a disposição de ambas as partes a não ceder, o único caminho que resta é o confronto.

Revista e emendada

De olho no impacto doméstico da situação na vizinhança, o Planalto ensaia e dá os primeiros passos para uma reedição dos pronunciamentos oficiais. Depois de deixar por três semanas em aberto uma posição sobre os resultados, insistindo na tecla da apresentação pelas autoridades das atas de votação e apuração, o presidente disse com todas as letras que não reconhece Maduro

como presidente reeleito.

Confrontado pelos jornalistas, foi igualmente explícito sobre sua discordância com a Executiva Nacional do PT, que reconheceu em nota a vitória do chavista. "Eu não concordo com a nota", afirmou. "Mas eu não sou a direção do PT", observou.

Cova dos leões

Coube ao assessor do Planalto a missão de enfrentar a oposição de centro e direita na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Amorim, chanceler no primeiro período presidencial de Lula (2003 a 2010), ouviu críticas à posição "ambígua" do governo e cobranças por um alinhamento com os EUA e vizinhos sul-americanos que reconhecem como vencedor o candidato opositor Edmundo González.

A linha de defesa do emissário de

Lula, reforçado pelo líder do governo, Randolfe Rodrigues (PT-AP), se assentou na definição de que a solução para o impasse deve ser encontrada "entre os venezuelanos". O embaixador reiterou que tem conversado com chavistas e opositoristas, e concatenado ações com o governo da Colômbia. Mas não teve como apontar uma saída à vista para a crise, que começa a ganhar contornos semelhantes aos de cinco anos atrás, quando a primeira reeleição de Maduro foi contestada por numerosos governos, na região e fora dela.

Para a oposição — a venezuelana e a brasileira —, a saída de Maduro é a única aceitável.

Vaso quebrado

Brasil e Colômbia manobram espremidos entre blocos que se consolidam na vizinhança, com desdobramentos para o difícil projeto de integração latino-americana. Governos de esquerda, como Cuba, Nicarágua e Bolívia, já

enviaram as felicitações a Maduro pelo novo mandato. Argentina, Uruguai, Chile, Peru e outros se alinham a Washington e avalizam a vitória reclamada pela oposição venezuelana.

Para a diplomacia brasileira, em especial, a divisão representa um revés — e aquele que, desde o início, era o cenário mais temido no Planalto e no Itamaraty. Com Maduro ou González no Palácio Miraflores, a Venezuela seguirá sendo foco de turbulências, e de discordância entre vizinhos. O quadro é especialmente delicado no Mercosul, desde logo paralisado pelo descompasso flagrante entre Lula e o colega argentino, Javier Milei.

A Venezuela, que teve seu ingresso no bloco suspenso por não cumprir requisitos, inclusive os relativos à vida democrática, deve permanecer de fora. O próximo candidato, hoje membro observador, é a Bolívia, que tem eleição presidencial marcada para 2025, com o anunciado retorno à disputa do ex-presidente Evo Morales, aliado declarado do chavismo.